MODALIDADE DO TRABALHO: ARTIGO COMPLETO

GRUPO DE TRABALHO: GT 3 – Economia Baiana e Desenvolvimento Regional

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: (X) ORAL ( ) PAINEL

A BAHIA NÃO É SÓ SALVADOR: Uma análise do desenvolvimento econômico desigual no Estado

Francisco Alves Queiroz[1]
Laumar Neves de Souza[2]

Resumo

O presente artigo analisa como as políticas de desenvolvimento adotadas na Bahia, desenvolveram a Região Metropolitana de Salvador (RMS) e provocaram um cenário de desigualdades regionais e sociais em relação as cidades do interior do Estado. À vista disso, traça-se o perfil histórico, social e econômico afim de apropriar-se das particularidades e compreender os reflexos das opções econômicas adotadas no contexto estadual. Realizou-se estudos bibliográficos que descrevem a história econômica do Estado a partir de 1950. Foi pesquisado dados secundários desenvolvidos, principalmente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Considera-se que os investimentos foram prioritariamente direcionados ao setor industrial e na RMS, e isso contribuiu para o agravamento do êxodo rural, falências de culturas agrícolas e das desigualdades regionais nos municípios mais afastados dos grandes centros. Diante dessa realidade, se propõem rever as políticas de direcionamento dos recursos públicos no Estado, de forma que promova a geração de emprego, renda e a melhoria da qualidade de vida dos baianos em todo o seu território.

Palavras-chave: Bahia. Políticas de desenvolvimento. Economia.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas que foram adotadas pelos governos estaduais ao longo da história na Bahia, principalmente a partir dos anos de 1950, de incentivos a industrialização da Região Metropolitana, provocaram um grande salto no desenvolvimento econômico da capital Salvador e de sua Região Metropolitana (RMS). No entanto, esta opção relegou ao abandono as potencialidades econômicas e a possibilidades de desenvolver a infraestrutura econômica das cidades do interior do Estado.

As concentrações dos investimentos na RMS provocaram um quadro de grandes desigualdades regionais e locais na Bahia. Salvador e algumas cidades centrais capitalizaram quase a universalidade dos recursos e investimentos até 2003, segundo Porto (2003) do total de 417 municípios baianos, 28 maiores

[1] Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate International Universities. Professor da Faculdade Adventista da Bahia (FABDA) e professor substituto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. E-mail: professor@franciscoqueiroz.com.br.
[2] Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate International Universities.

centros urbanos do Estado, concentravam aproximadamente, 80% dos fluxos sociais e econômicos, mais de 50% da população baiana, 100% das matrículas dos cursos superiores, 84% dos médicos, 70% dos rádios licenciados da Bahia, 100% das redes transmissoras de televisão, mais de 80% das obras estaduais de saneamento básico, 100% das obras de complexos de viadutos e duplicação de rodovias, 100% dos portos e aeroportos comerciais.

Hoje esse cenário não mudou muito, foi percebido os discretos esforços na implantação de algumas unidades hospitalares no interior, instalação de poucas universidades públicas e de um certo incentivo a agroindústria. Mas, a RMS continua catalizadora de fatia considerável, mais que proporcional ao contingente populacional, dos investimentos públicos do Estado. O IBGE (2010) indica que estão na RMS: 51% dos empregos formais do Estado, 90% das Industrias, 90% dos leitos de UTI, 100% de leitos de alta complexidade em diversas especialidades médicas e mais de 70% das matriculas presenciais em cursos superiores.

Com a intenção de se desvendar os motivos que tornaram o território baiano um espaço desigual para empreendimentos privados e públicos, é necessário recuar no tempo e observar como se deram certas tramas socioeconômicas que contribuíram para o desenvolvimento isolado de determinadas regiões do estado. O caminho optado pelos governos estaduais de seguir na direção da industrialização concentrada na RMS e, somando-se, a ausência investimento no interior e nas atividades agrícolas contribuíram para falência de diversas culturas tradicionais. Com a decadência dos plantios do fumo, cacau e do algodão e ainda com ciclos mais fortes de secas no interior do estado, o quadro de desocupação rural e miséria social se ampliaram e, deste modo, as regiões metropolitanas surgiram para as pessoas do campo como uma possibilidade natural de tentativa de trabalho.

Este artigo tem como objetivo discutir como as políticas de desenvolvimento adotadas no Estado desenvolveram a Região Metropolitana de Salvador e provocaram um cenário de desigualdades regionais e sociais em relação as cidades do interior da Bahia. E neste sentido, este texto apresenta de início os traços históricos gerais da economia baiana, em seguida, uma discussão teórica e a exposição de dados sobre o processo de industrialização do Estado, e por fim para evidenciar o reflexo das opções adotadas é apresentado os números do trabalho mercado de trabalho na Bahia.

Quanto aos procedimentos metodológicos, este texto faz uma revisão dos importantes autores que pesquisam e Economia da Bahia, adota como base histórica e fonte de inspiração do livro a Trilha Perdida de Noélio Spinola (2009). As bases de investigação empírica são os dados ofertados pelo Censo Demográfico do IBGE (2010), das publicações da Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Continua do IBGE - PNADc (2018), (2019), no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério da Economia - CAGED (2018), (2019) e dos Censos Agropecuários do IBGE e da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia (SEAGRI). Os

dados foram expostos em gráficos e tabelas e analisados comparativamente em função do que se acontece no interior e na RMS.

2 TRAÇOS GERAIS SOBRE A ECONOMIA BAIANA

Antes de descrever os traços históricos do desenvolvimento baiano, é prudente fazer a sua caracterização econômica. A Bahia tem 14,8 milhões de habitantes, estimativas IBGE (2018), o 4º estado mais populoso do país, 6º maior PIB (261 bilhões em 2018), o 6º que mais arrecada, com 45,8 bilhões de reais, de receitas totais da administração estadual, nesse mesmo ano. Em contrapartida a essa arrecadação e produção de riqueza, o estado está em 23º lugar em rendimento nominal domiciliar per capita (R$ 841 reais) e 22ª posição no IDH, entre os estados do país. Este capítulo procura descrever os traços desta dicotomia, entre estar posicionado entre os estados mais ricos e, por outro lado, figurar entre as últimas colocações no que se refere à qualidade de vida e renda de sua população.

Spinola (2009) denuncia há certo tempo, os dados da miséria social da Bahia ao apontar que 55,3% dos domicílios da população vivia com renda per capita menor que um salário mínimo e que apenas 1,2% da renda gerada no estado era destinado aos 20% mais pobres, enquanto os 20% mais ricos se apropriavam de 70,2% de toda riqueza produzida no estado. Tal quadro de desigualdade e concentração de renda pode ser visto através do índice de GINI[3], igual 0,660 pontos. O autor ainda chama atenção para o fato de que o estado vive esta dicotomia por que perdeu a “trilha do desenvolvimento”. E essa trilha foi perdida com a mudança da capital do Brasil de Salvador, para o Rio de Janeiro em 1763.

Desde que a Bahia perdeu os trilhos, se constituiu em um estado sem força política, desconectado do centro do poder, que fora primeiro para o Rio de Janeiro e, em 1961, para Brasília. Herdou as dívidas dos tempos de colônia e conviveu com insuficiência de receitas e desequilíbrio fiscal até a década de 1950. Sofreu diversas intervenções federais, falta de infraestrutura e políticas que se preocupassem com o Estado como um todo, capital e municípios do interior. Na verdade, a Bahia foi um campo de amplas brigas políticas pelo poder, sempre prevalecendo de uma maneira ou de outra, os interesses oligárquicos e coronelistas. (SPINOLA, 2009)

O atraso da Bahia sempre foi tão eminente que o governador Otávio Mangabeira, em um discurso de lamentação das condições socioeconômicas do estado, eternizou uma espirituosa frase “[...] na Bahia o atraso é tão grande, que se o mundo acabar os baianos só saberão 5 dias depois” (SPINOLA, 2009, p. 162).

[3] O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda de um país, de um estado ou de um município. O indicador que aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda e 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

A economia da Bahia até o ano de 1950 era predominantemente agrária e se concentrava, fortemente em torno das explorações de minerais preciosos na região da Chapada Diamantina. Sustentava-se, também, da produção do açúcar, do algodão e fumo e depois do cacau. Na era Vargas (1930-1945), o Brasil iniciou o processo de industrialização e urbanização, mas na Bahia este processo não foi ao mesmo tempo, como esclarece Rômulo Almeida (2009, p. 15)

> [...] O desenvolvimento da indústria no Sul não encontrava paralelo na Bahia. As razões principais parece-nos terem sido: ritmo fraco de capitalização, a decadência política da Bahia na República, efeito e novamente causa, as dificuldades de transportes, e a carência de energia, que, para vencê-las, não encontravam recursos na economia colonial bahiana, as quais terão sido também causa de outra carência, a quase nuIa imigração. Tôdas (sic) estas causas estão intimamente relacionadas entre si e ainda com outro fator, que é frequentemente personalizado nas figuras de Pedroso de Albuquerque e Pereira Marinho, e de outros ricos comerciantes, salvo talvez Aristides Novis, antes e depois dêles (sic) : os quais, sendo os financiadores, e acumulando capital em sólidos estoques e em seguras operações, acostumados aos azares dos negócios na Bahia, eram os arrematantes de lavradores e industriais nas crises intermitentes, os grandes compradores por "10 réis de mel cuado" (sic), nos frequentes momentos de apertura. Dêles recebiam as terras, os engenhos e as ações das fábricas. O interesse dêles nos empreendimentos de produção era secundário, quando não fosse nulo. Não tinham tirocínio industrial. O espírito de iniciativa e indústria, tão vivo e tenaz na história ainda recente da Bahia, havia de desencorajar-se e evadir-se em grande parte. E com isto, a natural perda da experiência industrial; enquanto a indústria evoluia noutras partes. A história industrial da Bahia, porém, está por fazer-se.

Rômulo Almeida (2005) relata que o processo de desenvolvimento industrial, que ocorreu no Sul/Sudeste, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, foi pioneiro, mais intenso e melhor distribuído pelo território desses estados, impactando positivamente na geração de emprego e renda, assim como na evolução urbana das cidades que receberam unidades industriais.

Na Bahia, a quantidade de unidades industriais era em número bem menor e, praticamente, não se contava com apoio governamental. Em 1873, havia sete fábricas de tecidos grosseiros de algodão, entretanto, as unidades industriais foram se estabelecendo lentamente. Em 1879, havia mais uma fábrica de chapéus, com cerca de 250 operários e nesse ano iniciou-se também a industrialização do sal. Este período marcou o nascimento da indústria fabril no Estado. (CAVALCANTE, 2008). Uma ação importante do Governo Central, no sentido de estimular a economia e a indústria regionais, foi a construção da linha de ferro Minas – Bahia, que estimulou a implantação de pequenas unidades industriais e o escoamento da produção agrícola. "[...] Até o início do século XX a Bahia havia tido uma sequência de ciclos agrícolas tradicionais, com destaque para as culturas de cana-de-açúcar, fumo, fibras e cacau" (CAVALCANTE, 2008, p. 71).

Mas, na primeira metade do século XX, a Bahia viveu certa estagnação, Cavalcante (2008, p. 71), que recebeu diversas denominações dadas por estudiosos sobre seu atraso econômico: "problema econômico baiano" e "relativa decadência baiana" de clemente Mariani; "involução industrial da Bahia" de Luiz Henrique Tavares e o "enigma baiano" de Pinto de Aguiar. Sobre esse processo de atraso e paralisação da industrialização baiana, Spinola (2009), afirma que não há enigmas, isso se deu, primeiro,

pela capital do país ter sido transferida para Rio de Janeiro, e as decisões de investimentos econômicos terem sido concentradas por lá. Em segundo lugar, pela ausência de condições estruturais da economia local para se desenvolver; e, em terceiro, aos governos estaduais "autoritários e coronelistas" que não propiciaram a evolução da economia baiana em direção à industrialização.

O cenário de estagnação da economia baiana começou a mudar a partir de 1950, como relata Cavalcante (2008, p. 70).

> Na Bahia, em particular, o período delimitado pelas décadas de 1950 e 1980 marca a transição de uma economia predominantemente agrário-exportadora que vinha apresentando um desempenho inferior à média nacional para uma economia industrializada e concentrada na produção de commodities intermediárias. Pode-se considerar a implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na década de 1950, o marco inicial do processo de industrialização do estado. Esse processo, ainda que marcado por fortes descontinuidades, estendeu-se até os primeiros anos de operação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), no final da década de 1970 e no início da década de 1980.

A descoberta do petróleo em terras baianas e a construção da Refinaria Landulpho Alves, nos anos de 1950, provocou a alavancada do processo de planejamento econômico do estado. Os governos federais e estaduais tornaram mais incisivas as ações governamentais e, segundo Teixeira e Guerra (2000), o "enigma baiano" começou a ser superado. Mesmo que tardiamente, o Governo do Estado agiu através de programas de incentivos fiscais e implantou a partir dos anos 1960 o Centro Industrial de Aratu (CIA), em Simões Filho e em Candeias, em 1967 e, logo em seguida, (1969) inaugurou o Centro Industrial do Subaé (CIS), em Feira de Santana. Nove anos depois (1978) entrou em operação o Polo Petroquímico de Camaçari. O processo de industrialização da Bahia iniciou por um impulso exógeno, observar o que Teixeira e Guerra (2000, p. 4) relata,

> O fato é que, no final da década de cinqüenta o estado havia, mesmo que timidamente, iniciado o seu processo de industrialização, a partir, principalmente, de um impulso exógeno: os investimentos da Petrobrás em extração e refino de petróleo. As mudanças sociais também começam a se fazer sentir. Expandem-se a classe operária e a classe média urbana, essa última ocupada nas próprias fábricas e nas atividades de apoio do setor terciário. Devido aos relativamente altos salários pagos pela Petrobrás, os "petroleiros" passam a se constituir numa espécie de elite de trabalhadores, com acesso a bens de consumo até então só acessíveis às classes mais favorecidas.

Os incentivos federais foram, principalmente de renúncia fiscal e políticas de financiamentos, através de programas de fomento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O Governo do Estado ofereceu "[...] uma infraestrutura para instalações industriais, concentrada em uma área próxima da capital, dotada de facilidades portuárias, rodovias, ferrovia, além de energia, água etc." (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 5). Os autores ainda relatam que, foram centenas de projetos instalados, mais de 30 mil empregos diretos criados só no CIA. O problema dessa política exógena de investimento e fundamentada em benefícios fiscais, estava no fato de não haver um projeto contratualizado de

permanências das empresas, após o período de vigência dos tais incentivos. Assim, após o término da isenção tributária, muitas empresas enceraram suas atividades e foram para outros estados. A guerra fiscal no Brasil entre os estados para atrair industrias, demonstra a ausência de um projeto nacional sustentável de industrialização.

Outro ponto a se registrar na industrialização baiana é que concentrou mais do que 95% dos investimentos na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Excetuando-se o CIS em Feira de Santana, o resto do Estado ficou esquecido e sem colher os frutos do crescimento provocado pelo processo de industrialização, visto que, os governos Estaduais da década de 1950 até hoje — com certa exceção relativa período 2007-2014 (governo Jaques Wagner),[4] —, concentra a política industrial e as grandes obras de infraestrutura na RMS, ficando o interior em situação de extrema carência e atraso econômico e social. As cidades do interior que ainda receberam algum investimento foram Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Juazeiro e outras cidades litorâneas de apelo turístico.

Fonseca (2011) e Porto (2003) destacam que para realçar ainda mais as discrepâncias de investimentos na Bahia, do universo de 417 municípios baianos, 26 centros urbanos (6,24%) até 2002, concentravam 80% dos fluxos sociais e econômicos e mais de 50% da população baiana. Concentravam, também, 100% das matrículas dos cursos superiores, 84% dos médicos e 70% dos rádios licenciados do estado. Nesses 26 centros estão os 13 da região Metropolitana de Salvador e outros 13 com mais de 100 mil habitantes[5] entre os quais, Feira de Santana.

Sobre esse processo de concentração, parece haver uma produção intencional da ampliação das desigualdades regionais. Maricato (2003), por exemplo, analisa o que Estado brasileiro ao planejar o processo de urbanização e desenvolvimento, o fez com características do período colonial, como o coronelismo, a política do favor e pela aplicação arbitrária da lei, no intuito da manutenção do poder e privilégios, promovendo a desigualdade regional e social.

Este cenário de atraso e desigualdade socioeconômico no interior estado, que de certa forma, se ampliou com as opções das gestões estaduais, aprofundou o êxodo rural de municípios interioranos para os grandes centros urbanos. E Feira de Santana é a primeira grande cidade no caminho dos retirantes ruralistas que tentaram melhores condições de vida nas grandes metrópoles Brasileiras. Assim, descrever

[4] Neste período foram implantados no Interior do Estado: 5 Hospitais Regionais, revitalização da malha rodoviária estadual, construção de novas estradas, 5 Universidades Federais, iniciou a construção da Ferrovia Oeste Leste, 101 Centros Federais de Educação. A proporcionalidade de investimento no interior foi a maior de todos tempos. O governador Rui Costa, apesar de ser de mesma linha política de Jaques Wagner, volta àprática de concentrar investimentos e recursos, principalmente em Salvador.

[5] Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Juazeiro, Ilhéus, Jequié, Teixeira de Freitas, Barreiras, Alagoinhas, Porto Seguro, Paulo Afonso, Eunápolis e Santo Antônio de Jesus.

as opções de investimentos do Governo do Estado ajuda a compreender as concentrações de recursos na RMS e o movimento migratório ruralista.

3 A INDUSTRIALIZAÇÃO DESENVOLVEU A RMS, MAS NÃO DESENVOLVEU O INTERIOR DA BAHIA

Não seria exagero dizer que o processo de industrialização da Bahia poderia ser chamado de processo de industrialização da Região Metropolitana de Salvador, dado que fez o PIB do estado crescer, mas concentrado na RMS, a qual "[...] concentra um robusto parque produtivo, capaz de aglutinar serviços das mais diversas naturezas [...] constituída de uma classe operária moderna e uma classe média relativamente forte." A industrialização iniciada nos anos 1950 transformou a economia agroexportadora dependente, atrasada e estagnada em uma economia mais dinâmica e produtiva (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 13). Mas, o resto do estado continuou em estágio de grande atraso social, miséria, fome e analfabetismo.

Um detalhe a ser observado, é que as características agroexportadoras do Estado, não precisavam ser relegadas ao esquecimento, paralelamente ao processo de industrialização.Com isso, a Bahia perdeu o protagonismo em diversas culturas em que tinha produção expressiva, a exemplo do cacau do sul da Bahia, do algodão do centro oeste, do açúcar no litoral e do fumo do recôncavo e em Feira de Santana, que entraram em decadência, pelas mais diversas razões, clima, pragas, mas a principal delas foi a falta de investimento para propiciar os avanços tecnológicos necessários à sustentabilidade dessas culturas.

Sobre a crise do algodão, a Associação Baiana dos Produtores de Algodão – ABAPA (2019, p. 1) relata que

> [...] Na década de 80 do século passado, a região de Guanambi chegou a ter 331 mil hectares de lavouras [...] pragas como o bicudo-do-algodoeiro se alastrassem. O bicudo e o pulgão ganharam proporções tais que tornaram a atividade insustentável na região. Hoje a cotonicultura ainda existe no Vale do Iuiú, mas em padrões familiares, bem distante da pujança de outros tempos, representando apenas 2% da produção do estado.

A crise do Cacau desempregou 250 mil pessoas, destaca matéria da Folha de São Paulo, (1997, p. 1)

> [...] Pelo menos 250 mil pessoas que trabalhavam na lavoura cacaueira no sul da Bahia foram demitidas nos últimos sete anos em função da crise que atingiu a cultura a partir do final de 1989. Foi nessa época que começou a aparecer nas plantações da região o fungo "Crinipellis perniciosa", causador da doença conhecida como vassoura-de-bruxa. A praga leva ao apodrecimento das folhas e frutos dos cacaueiros e foi a grande responsável pela forte queda na produção do cacau no sul da Bahia.

Passando neste exato momento, a analisar a cultura do fumo, a Bahia se manteve na liderança da produção até a chegada da indústria na RMS, década de 1970. Segundo a Revista Bahia Agrícola (2003), a produção de fumo que era de 45 mil toneladas em 1965, caiu para 30 mil toneladas em 1975 e alcançou o fundo do poço em 1994, com apenas 5 mil toneladas naquele ano. Em 2017 produziu míseras 3,6 mil toneladas, apenas 0,4% da produção nacional (IBGE, 2017). A derrocada de uma cultura eminentemente de manejo familiar, ocasionou miséria a milhares de pessoas, que perderam a renda, o que se deu por ausência de falta de incentivos e políticas governamentais. Ao contrário da postura do estado baiano, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, segundo o Departamento de Economia Rural – (DERAL, 2017), há constantes processos de pesquisa e inovação sobre a cultura do fumo, famílias rurais participam de treinamentos em um processo contínuo de fortalecimento e diversificação dessa cultura. Não por acaso são os estados líderes nesse cultivo, sendo responsáveis por 98% da produção de fumo no Brasil. Em 2017, foram produzidas mais de 800 mil toneladas e empregadas 30 mil pessoas nas usinas de beneficiamentos e mais 15 mil produtores diretos, em cada unidade produtiva, onde atuam em média 5 pessoas.

Não obstante, chamar a atenção para a falta de consideração governamental em relação à decadência da atividade agrícola na Bahia, foi importante para compreender que o mercado de trabalho sofreu um forte nível de desocupação no nível estadual e que os custos de oportunidades, na geração de empregos ocasionados, pela industrialização da RMS não gerou retornos significativos no nível de interior do estado. Ou seja, no *trade off* do processo de industrialização talvez se possa incluir, em parte, o atraso que entrou a agricultura baiana.

Por outro lado, a industrialização baiana não se desenvolveu nos níveis vistos nos estados do sul. O processo de expansão industrial da Bahia se deu uma maneira muito forte até os anos 1980, sendo que, segundo o IBGE (2019), o pessoal ocupado nas indústrias extrativas e de transformação e o número de empregados saiu de 36.152 pessoas ocupadas, em 1966, para 105.250 em 1981. A partir daí começou a declinar, ficando na casa dos 100 mil empregados até 1984, seguem-se, dez anos de decadência, caindo para 64.066 mil trabalhadores ocupados em 1995. Nesse mesmo período as unidades industriais seguiram o mesmo roteiro, saindo de 3.134 unidades em 1984, para 541 unidades em 1995. Tal processo de desindustrialização também acometeu o Brasil, mas na Bahia a proporção foi bem mais forte. O Brasil, em 1984, tinha 4,2 milhões de pessoas ocupadas e, em 1995, passou a 3,2 milhões de pessoas ocupadas. A queda na Bahia foi de 39% e no Brasil de 23% do total de pessoas ocupadas no mesmo período.

A partir de 1996 a metodologia do IBGE[6] para se considerar as atividades industriais mudou, na verdade evoluiu e diversas atividades foram incluídas nas categorias indústria extrativa e indústria de transformação. Motivo pelo qual se optou por fazer a análise do parágrafo anterior observando o período 1966-1995, que utilizou a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE Versão antiga. De 2007 em diante, a pesquisa utilizou uma nova versão, a 2.0. para a Bahia, esta pesquisa, não encontrou, no IBGE, dados de pessoal ocupado e de unidades industriais de 1996 a 2006.

Tabela 1 – Pesquisa Industrial Anual - IBGE, Brasil e Bahia, 2007-2017

ANO	Brasil		Bahia	
	Número de unidades locais (Unidades)	Pessoal ocupado em 31/12 (Pessoas)	Número de unidades locais (Unidades)	Pessoal ocupado em 31/12 (Pessoas)
2007	172.680	6.981.574	4.597	187.506
2008	182.154	7.313.360	5.095	199.158
2009	185.576	7.379.490	4.868	206.123
2010	189.532	7.917.153	5.387	231.801
2011	198.941	8.156.630	5.723	246.721
2012	192.798	8.238.327	5.139	235.291
2013	204.389	8.442.742	5.769	245.961
2014	**209.561**	**8.305.204**	**5.973**	**238.026**
2015	201.204	7.642.517	5.886	230.923
2016	194.843	7.262.609	5.933	213.660
2017	189.018	7.213.944	5.963	215.035

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual, (2019).

Há dificuldade em comparar ou agrupar dados da pesquisa acima com as outras do IBGE, pois as pesquisas das PNADs são por amostragem, induz a parte entrevistada ao todo. Outra observação é que a PNAD encerrou sua série em 2015, foi substituída pela PNAD Contínua, que iniciou seus levantamentos em 2012. A Pesquisa Industrial apresentada na Tabela 6, tem período estudado de 2007 a 2017. Então, devido a esta falta de sintonia na linha do tempo das Pesquisas serão feitas análises pontuais.

A indústria brasileira sentiu a crise e, de 2014 a 2017, perdeu mais de 1 milhão de trabalhadores. Na Bahia, a população ocupada nesse setor chegava a 246 mil em 2011, recuando para 215 mil pessoas em 2017. Em 2018, estima-se pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) que perdeu mais 5 mil trabalhadores. Com esses valores, em 2017, os trabalhadores da indústria representavam menos de 7% da população ocupada no Brasil 7,2 milhões de 92 milhões de ocupados. Na Bahia, em 2017, os 215 mil trabalhadores da indústria representavam apenas 3,6% dos 5,9 milhões de trabalhadores brasileiros ocupados (PNADCT, IBGE, 2017).

[6] Podem ser verificadas todas as mudanças nas classificações de atividades econômicas que aconteceram a partir de 1996 no manual *Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE Versão 2.0*, disponível no site do IBGE. <https://concla.ibge.gov.br/images/concla/documentacao/CNAE20_Subclasses_Introducao.pdf>

Os dados apresentados, tanto em nível nacional, como em nível estadual, evidenciam que o processo de industrialização não foi suficiente para impactar significativamente o mercado de trabalho. Esse quadro se torna ainda mais grave, porque 45% dos trabalhadores industriais da Bahia, cerca de 99 mil pessoas, estão na Região Metropolitana de Salvador.

A insistência em priorizar os investimentos do Estado em industrias na RMS, tem demostrado contribuição para ampliar as assimetrias regionais e relegar as demais regiões a um fraco desenvolvimento socioeconômico. A medida que os governos da Bahia investem prioritariamente na indústria, ausentam investimento no setor que mais tem potencial de gerar número de ocupações no estado, a agricultura. E esta opção, amplia a migração de jovens do interior do estado em busca de oportunidades nos grandes centros estaduais.

4 A COMPOSIÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NA BAHIA

Esta subseção apresenta informações sobre a composição do mercado de trabalho na Bahia, pesquisas dessa natureza em nível estadual, são sempre positivas pois, visto que, a PNAD Contínua, como já foi dito, não tem cobertura em diversas etapas do seu levantamento, em cidades do interior. A falta de recursos impede o IBGE de realizar pesquisas como maior cobertura geográfica. Tal contingenciamento de recurso é uma postura equivocada do Ministério do Planejamento, um país que não se conhece bem, certamente terá dificuldades de realizar bons planejamentos.

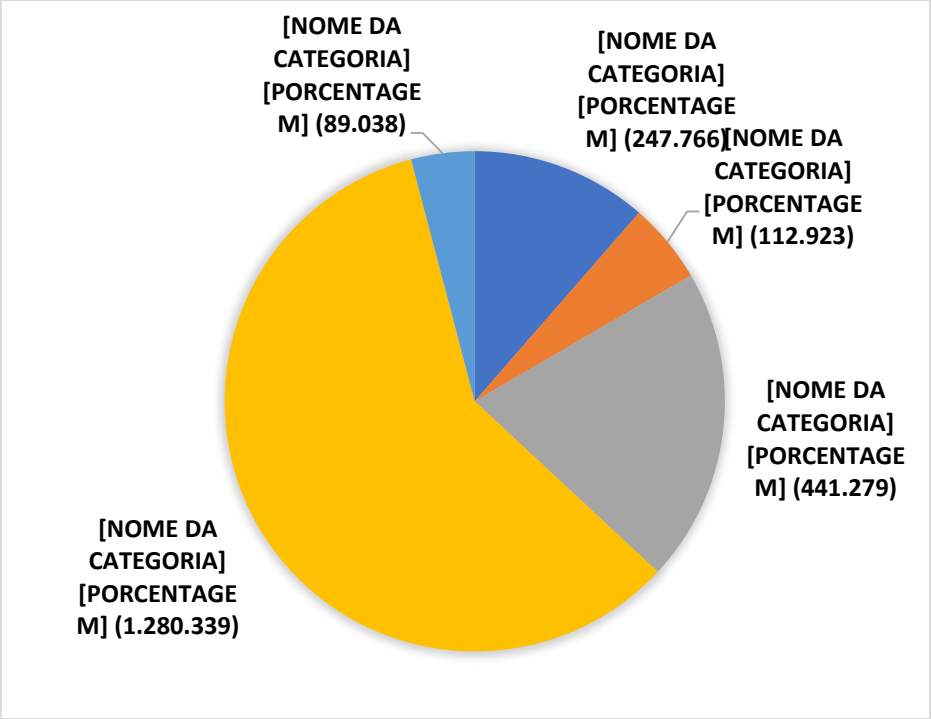
A Bahia tinha uma população estimada em 14,8 milhões de pessoas em 2018, (IBGE CIDADES, 2019), 564,7 mil de Km^2 de território, 5º maior estado do Brasil em território. Para ter uma noção comparativa de sua grandeza, se fosse um país seria 48º em extensão territorial, maior do que países como a França, Espanha, Suécia, Noruega, Japão, Alemanha e Reino Unido por exemplo. Desta área, a Bahia tem cerca de 50,8% com pastagens e matas naturais e mais 278,3 mil KM^2, 49,2% de área territorial ocupada por cerca de 762,6 mil estabelecimentos e 2,1 milhões de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. “[...] Do total dos estabelecimentos, 83% eram explorados pelos próprios proprietários (para uma proporção da área territorial de 64%), 11% explorados por arrendatários e ocupantes (2% da área territorial) e 5% explorado por administradores (34% da área territorial)” (IBGE, 2017).

Mas, diante desse cenário de grandeza, uma coisa chama a atenção, o estado, conforme o Gráfico 1, tem apenas 89 mil empregos formais no setor. E o Governo Estadual não demostra interesse em desenvolver o potencial agropecuário, visto que no orçamento aprovado em dezembro de 2018, 166,2 milhões de reais foram para a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura — 0,36% das receitas estimadas — e, para a Secretaria de Desenvolvimento Rural, 474,4 milhões de reais, 1,02%. Os dois percentuais somados dão apenas 1,38% do total de 46,4 bilhões de reais do orçamento de

2019. Os dados evidenciam que não há uma prioridade de investimentos do governo do Estado da Bahia para o Setor agropecuário.

O Gráfico 1, extraído da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), evidencia que o mercado de trabalho formal da economia baiana, gira em torno dos setores de serviços e comércio, respectivamente, 59% e 20%, que somados são 79% dos empregos formais nessas duas categorias. A indústria vem em terceiro com 12%, 247,7 mil vínculos registrados. Em quinto, vem a construção civil, com 112,9 mil vínculos, 5% do total e, em seguida a agropecuária, com 89 mil empregos, com 4% do total. A dissonância aqui é que, quando considerado a ocupação total, composta por trabalhadores formais e informais, na Agropecuária há 2,1 milhões de pessoas ocupadas, o número alcança 37% do total da força de trabalho ocupada no Estado.

Gráfico 1 – Composição do Emprego Formal no Estado da Bahia, vínculos registrados, 2017 - (%) (unit.)



Fonte: RAIS, (2017).

Mesmo os setores de serviços e comércio sendo formalmente os que mais empregam, e o setor agropecuário o com mais pessoas ocupadas no geral[7] , a gestão do atual governo baiano, destina a maior

[7] O setor agropecuário tem 2,1 milhões de pessoas ocupadas, sendo 480 mil produtores para próprio consumo (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017). 451 mil empregados (PNAD, 2015);

parte do orçamento para a indústria, tanto em investimentos diretos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Manutenção dos Centros Industriais, como pela renúncia fiscal de 9,5 bilhões de reais, só em dois projetos. Isso, no período de 2014-2017, sendo 8,1 bilhões de reais para o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (Desenvolve) e 1,3 bilhões de reais para o Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo (Proauto) (TCE, 2017).

Tais renúncias são alvos de críticas do Relatório e Parecer Prévio do TCE sobre as Contas do Chefe do Poder Executivo do Estado da Bahia – Exercício de 2017. Observe uma das notas do (TCE, 2017, p. 137):

> **Ausência de avaliação de desempenho para o programa DESENVOLVE**. Da análise dos relatórios disponibilizados pela SDE, observou-se que os documentos utilizados para apresentar resultados do programa DESENVOLVE não configuram uma avaliação de desempenho, pois, embora registrem dados de acompanhamento dos projetos analisados pela Secretaria, não averíguam o cumprimento de metas ou emitem manifestação conclusiva sobre o andamento da política pública a que se reportam. Observou-se, também, que os relatórios não se apropriam de estudos produzidos pela SEFAZ em relação ao programa, cujo caráter é pontual e limitado ao aspecto tributário. (Grifo nosso)

O objetivo do governo do estado estava firmado em 103 protocolos de intenções da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE, 2017), para a geração de 24.891 empregos com o investimento previsto de 4,83 bilhões de reais. Entretanto, os investimentos são bem maiores e os resultados não mensurados. Não se pretende, aqui, desmerecer a importância da indústria para o desenvolvimento econômico do estado, mas em 4 anos, o Governo renunciou a 10,6 bilhões de reais em setor que está em contração na expectativa de geração de apenas 24,8 mil empregos, ou seja, ao custo de R$ 425.856,74 por emprego gerado. Acredita-se que o custo de oportunidade exercido aqui não foi a melhor escolha, pois, se parte desses investimentos fossem realizados na agropecuária e nos setores de comércio e serviços, se obteria um retorno mais eficiente. Observar a nota da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2018, p. 33) que enfoca o crescimento dos setores no estado.

> [...] O Produto Interno Bruto da Bahia, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), apresentou leve crescimento neste ano, após crescer a uma taxa de 1,1%, em 2017. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, a atividade econômica baiana expandiu 1,5%. A Agropecuária e os Serviços variaram positivamente em 16,8% e 1,1%, respectivamente, enquanto a Indústria apresentou queda de 0,9%.
> A Indústria de transformação, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, registrou, na mesma base de comparação, acréscimo de 0,2% (Tabela 3). O resultado pode ser parcialmente explicado pela demanda interna retraída. Menos da metade dos setores da indústria baiana de transformação registraram aumento em 2018.

A observação de que os setores comércio e serviços são os mais dinâmicos na geração de empregos também e realizada por (PESSOTI; PESSOTI, 2015, p. 91):

> Conforme pode ser observado, não há um padrão específico na geração de empregos na Bahia nesse período. Um ano de excelente resultado não é precedido ou sucedido de outro de igual magnitude, exceção feita aos anos de 2009 e 2010. Os dados mostram também que **os setores**

mais dinâmicos na geração de empregos formais são os setores do comércio e serviços que tradicionalmente são os mais importantes na dinâmica do PIB baiano (grifo nosso).

Após dialogar sobre a composição do emprego formal, Gráfico 1, e compreender as opções de políticas econômicas que a Bahia faz para a geração de postos de trabalho, tenta-se agora diagnosticar o mercado de trabalho no estado até 2018. Tal empreitada ajuda no desenho do mercado de trabalho em Feira de Santana, uma vez que a PNAD não faz pesquisas no município. Isso é feito buscando capturar a evolução do mercado de trabalho nos anos 2002 - 2014 e os efeitos da crise política e econômica eclodida em 2015. Mas, se reconhece certa dificuldade, uma vez que para dados mais precisos sobre o mercado de trabalho na Bahia e em Feira, têm-se apenas os censos de 2000 e 2010. Para suprir em parte tais limitações, recorreu-se aos dados da RAIS e do CAGED, que tratam do mercado formal e a trabalhos publicados pela SEI.

Considerando-se os resultados expostos pela PNAD na Tabela 2, do último trimestre do ano de 2018, na qual se faz uma comparação da Bahia com o Brasil, verifica-se que o estado está em situação de atraso. Na Bahia a taxa de participação da força de trabalho (58,4%) é 3,3% inferior à do Brasil (61,7%). Em relação ao desemprego o cenário é ainda pior, a tabela indica alarmantes (17,4%) de taxa de desocupação no estado, o que é 5,8% a mais que a média nacional (11,6%).

Tabela 2 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas e níveis – Brasil e Bahia, 2018

	Brasil	Bahia
Pessoas de 14 anos ou mais de idade (Mil pessoas)	170.022	11.925
Força de Trabalho	104.888	6.964
Ocupadas	92.736	5.724
Desocupadas	12.152	1.211
Fora da força de trabalho	65.133	4.961
Taxa de participação força de trabalho[8] (%)	61,7	58,4
Nível de ocupação, (%)	54,5	48,2
Nível de desocupação (%)	7,1	10,2
Taxa de desocupação (%)	11,6	17,4

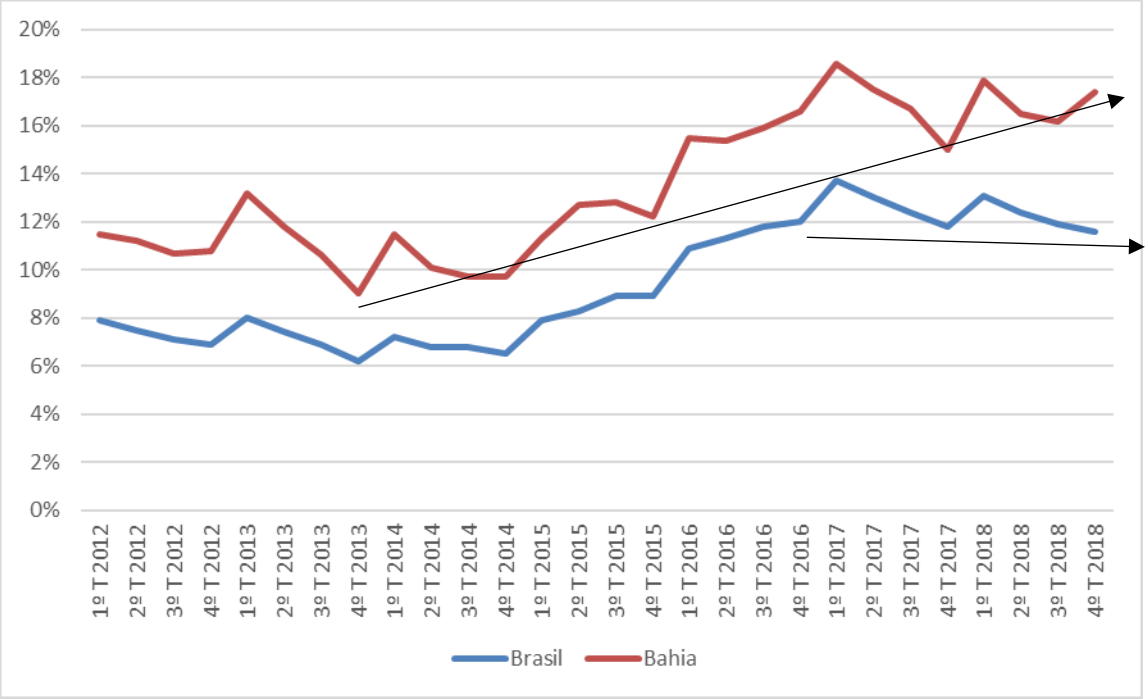
Fonte: IBGE/PNAD (2018).

A série histórica da pesquisa da Tabela 2 está em anexo , a qual apresenta que na taxa de ocupação, de 2012 para 2018, o Brasil se manteve estável (61,7%), tendo alcançado maior nível de participação da força de trabalho, em 2017, com 61,8% e menor em 2014 com 60,9%, uma variação de apenas 0,9%. Diferentemente da Bahia, que teve maior volatilidade, em 2012, de 61,7%, foi para 62,5%

[8] Refere-se à razão percentual entre as pessoas na força de trabalho e as pessoas em idade ativa.

em 2015, uma variação positiva de 1,8%. No período 2015-2018, sofreu uma queda forte de 4,2%, decrescendo de 62,5% para 58,3%. Nessa dinâmica, se observa na Bahia, que ao invés de se recuperar da crise, o estado pode ainda estar em um processo de aprofundamento da recessão. Tais evidências podem ser observadas em análises técnicas do Gráfico 8, que apresenta o comportamento da taxa de desemprego.

Gráfico 1 – Evolução da taxa de desocupação, Bahia e Brasil, 2012-2018, (%)



Fonte: IBGE/PNADCT, (2019).

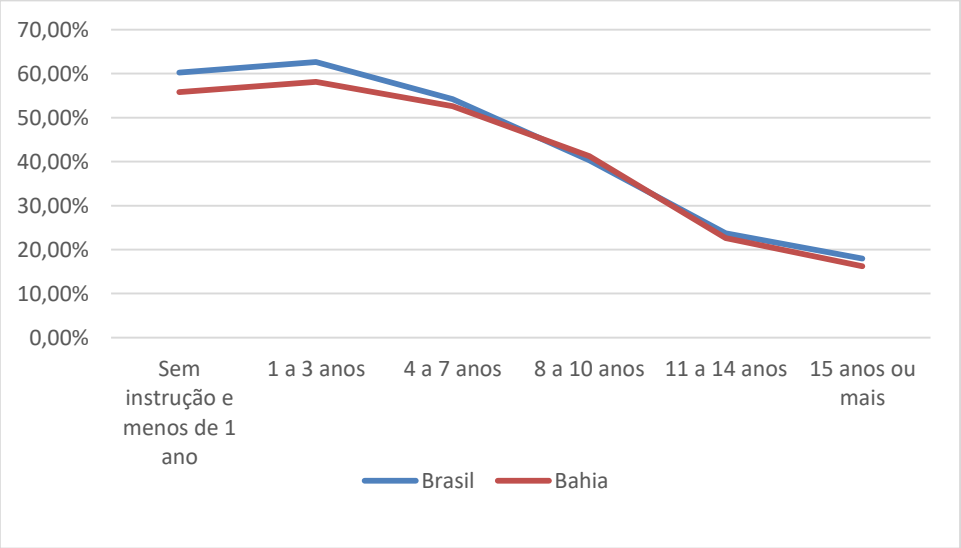
O Gráfico 2 evidência que a linha da taxa de desemprego na Bahia corrobora com a linha do Brasil, em mesmo sentido e direção, até o 1º trimestre de 2017, quando os percentuais no estado são, em média, 4,03% maiores do que os do país, mas no último trimestre de 2018 esta diferença chega a 5,8%. Tal cenário, pode fortalecer a suspeita de que o mercado de trabalho na Bahia ainda está em um processo de retração. No período do 1º trimestre de 2017 ao 2º trimestre de 2018, há outro sinal dessa recessão, dado que, a linha da evolução da desocupação na Bahia aponta para cima, enquanto que a referida ao Brasil apresenta sinais de estagnação. Acredita-se que o fraco desenvolvimento da indústria, a concentração de investimentos na Região Metropolitana de Salvador e as opções das políticas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, estão contribuindo para a não retomada do crescimento da ocupação no mercado de trabalho na Bahia.

Outra dificuldade a ser anotada sobre a força de trabalho no estado são os altos índices de desocupação e inatividade da população em idade de trabalho. Para enxergar tal realidade, foi necessário

recorrer à PNAD, mesmo com dados de 2015, uma vez que a PNADC não retrata esta realidade em nível de Bahia. E como era de se esperar, verificou-se uma taxa bastante expressiva de inatividade no estado. A população não economicamente ativa em idade de trabalho, era de 5,5 milhões de pessoas, 42,2% da PIA, situação de atividade proporcionalmente superior à do Brasil, com 40% de inatividade, com 13 milhões de pessoas, (IBGE, 2015).

O fenômeno da inatividade também se relaciona à baixa qualificação do trabalhador baiano. O jovem baiano tem expectativa de 5,6 anos de estudos aos 18 anos de idade, menor que a média do Brasil que é de 8,63 anos (PNUD, 2018). E ao se distribuir a inatividade por anos de estudos, (Gráfico 3), verifica-se uma correlação direta, quanto mais anos de estudos menor a proporção de pessoas em inatividade.

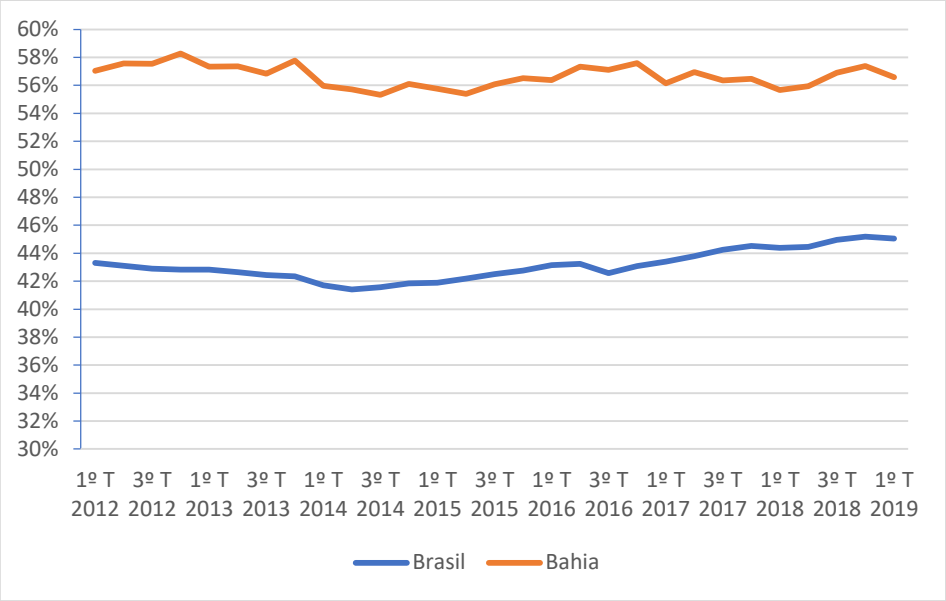
Gráfico 2 – Percentual de pessoas em idade de trabalho inativas na semana de referência, situação em relação aos anos de estudo, 2015



Fonte: Elaboração própria de dados do IBGE – PNAD, (2018).

Na Bahia, os indicadores que medem o desenvolvimento econômico e o mercado de trabalho merecem atenção, pois ficam abaixo da média nacional. Mesmo com o 6º PIB, entre os estados do país, a situação de atraso socioeconômico do estado pode ser verificada em alguns indicadores: a) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com a posição 22º; b) Rendimento nominal mensal domiciliar per capita de R$ 841, comparando a outros estados fica na 23ª colocação, c) Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, R$ 2.184,00, que comparado a outros estados fica na 17º posição; d) Proporção de pessoas de 14 anos ou mais em trabalho formal, 44,1 %, que também, comparada a outros estados fica em 19º lugar; com taxa de informalidade de 55,9%.

Gráfico 3 – Evolução da taxa de informalidade, Bahia–Brasil, 2012-2019, (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADCT, (2019).

O Gráfico 4, evidencia uma discrepância significativa entre o grau de informalidade do trabalho na Bahia, com o Brasil. São 12% a mais de taxa de informalidade em relação à média nacional. Os dados apurados com população ocupada informalmente (55%), se aproximam das informações das pessoas ocupadas, sem contribuição para Instituto de Previdência em qualquer trabalho em 2018, de 3,03 milhões de um total de 5,98 milhões de pessoas ocupadas, significa que 51% está sem seguridade social no exercício do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo aqui desenvolvido, articulou uma análise de como as políticas de desenvolvimento implementadas pelos governos estaduais, ao longo dos anos, provocaram um cenário de desigualdades regionais e sociais em relação as cidades do interior da Bahia. Foi apresentado os traços históricos gerais da economia baiana, em seguida realizada uma discussão sobre o processo de industrialização do Estado, e por fim, evidenciou-se que o reflexo das opções adotadas pelas gestões públicas contribuiu para o desequilíbrio do mercado de trabalho e da baixa qualidade de vida do baiano.

Sobre o processo de concentração, parece haver uma produção intencional da ampliação das desigualdades regionais. A Bahia ao planejar o seu processo de industrialização, o fez com características de coronelismo, no intuito da manutenção do poder e privilégios, promovendo a desigualdade regional e social. Ao priorizar a RMS, as características agroexportadoras do Estado foram relegadas ao esquecimento. E com isso, a Bahia perdeu o protagonismo agrícola em diversas culturas em que tinha produção expressiva: o cacau, algodão, açúcar e o fumo. Produções que entraram em decadência, pelas

mais diversas razões, clima, pragas, mas a principal delas foi a falta de investimentos para propiciar os avanços tecnológicos necessários à sustentabilidade dessas culturas.

As opções das gestões estaduais refletiram no interior do estado. As pequenas cidades já viviam um cenário de atraso e desigualdade socioeconômica, e isso foi aprofundado com o êxodo rural, as pessoas abandonaram os lugares de origem e partiram com destino aos grandes centros urbanos, na tentativa de conseguirem melhores condições de trabalho e vida.

Os dados apresentados neste artigo evidencia que o processo de industrialização não foi suficiente para impactar significativamente o mercado de trabalho estadual. Um estado com quase 12 milhões de pessoas na força de trabalho, em 2018, tem apenas 247 mil (2% do total) na indústria. E esse quadro se torna ainda mais grave, porque 45% dos trabalhadores industriais da Bahia, cerca de 99 mil pessoas, estão concentrados na Região Metropolitana de Salvador.

A insistência em priorizar os investimentos do Estado em industrias na RMS, ampliam as assimetrias regionais e o fraco desenvolvimento socioeconômico das demais regiões do estado. Tal opção impossibilita que ocorra investimentos no setor com mais potencial de gerar empregos no Estado, neste caso a agricultura, e como consequência disso, tem-se a ampliação da migração de jovens do interior do estado para os grandes centros estaduais em busca de oportunidades de trabalho e sobrevivência.

Em relação ao mercado de trabalho na Bahia, a primeira dificuldade em se diagnosticar a realidade é a ausência de pesquisas em nível Estadual, as séries do IBGE e da PNAD só tem cobertura na RMS. Isso se torna um grande entrave para a pesquisa, visto que, um estado que não se conhece bem, certamente terá dificuldades de realizar bons planejamentos. De posse dos dados disponibilizados, tem-se que os setores de serviços e comércio são os que formalmente mais empregam, o setor agropecuário o que tem mais pessoas ocupadas, considerando a informalidade, no entanto o setor que recebe a maior parte do orçamento de investimento é a indústria. Diante deste cenário e observado que, desde o ano de 2012, o desemprego vem crescendo de forma expressiva a nível estadual, chegou a 17,4% em 2018. Cabe a sociedade rediscutir as políticas de investimentos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia.

Em síntese, a Bahia é um Estado com dimensões nacionais, que tem altos índices de desocupação, de informalidade e de miséria social. Os investimentos direcionados ao setor industrial trazem baixo retorno a sua população, e assim sendo, é necessário rever as opções para redirecionar os recurso públicos, de forma que, efetivamente promova a geração de emprego, renda e a melhoria da qualidade de vida dos baianos em todo o seu território.

REFERÊNCIAS

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br >. Acessado em: 2017.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br >. Acessado em: 2018.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br >. Acessado em: 2019.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br >. Acessado em: 2016.

IBGE. Agência IBGE Notícias. **Série Estatísticas Sociais.** 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias?editoria=sociais>

IBGE. BRASIL TEM MAIS DE 10 MILHÕES DE EMPRESAS NA INFORMALIDADE. Fevereiro 2019. In: IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br >. Acessado em: 2018.

IBGE. CONTAS TRIMESTRAIS. Rio de Janeiro: Mar. 2018.

IBGE. DESOCUPAÇÃO CAI PARA 12,3% NO ANO COM RECORDE DE PESSOAS NA INFORMALIDADE. Rio de Janeiro: Fev. 2019.

IBGE. **Economia Informal Urbana 2003.** Rio de Janeiro: 2005

IBGE. **Economia Informal Urbana**. Rio de Janeiro: 2006.

IBGE. **Informalidade aumenta e continua a reduzir o desemprego**. Fevereiro de 2018.

IBGE. linha do tempo – **síntese da história do IBGE**. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html> Acessado em abril de 2019(B).

IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego / Departamento de Emprego e Rendimento. – Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego** / IBGE, Departamento de Emprego e Rendimento. – Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE. PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 11,6% e taxa de subutilização é de 23,9% no trimestre encerrado em dezembro de 2018. Rio de Janeiro: IBGE, Fev. 2019.

IBGE. **Trabalhadores por Conta Própria Perfil e Destaques**. Rio de Janeiro: Jan. 2008.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. **A trilha perdida**: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: Editora Unifacs, 2009.

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. **T**raços da história econômica da Bahia no último século e meio. **RDE História,** Ano XI Nº 19 – Jan. 2009 - Salvador, BA.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **A era da indústria: a economia baiana na segunda metade do século XX.** Salvador: FIEB, 2008.

TEIXEIRA, F; GUERRA, O. **50 anos da industrialização baiana**: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análises & Dados*, Salvador: SEI, n. 1, v. 10, jul., p. 87-98, 2000.

MARICATTO, Erminia. **Metrópole na periferia do capitalismo:** ilegalidade, desigualdade e violência**.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARICATTO, Erminia. **Metrópole, legislação e desigualdade.** São Paulo: Estudos Avançados 17, 2003.

PESSOTI, Gustavo Casseb; PESSOTI, Fernanda Calasans Costa Lacerda. **Tendências recentes e perspectivas para a economia baiana.** XI Encontro de Economia Baiana. Salvador: Corecon, 2015.

PNAD, **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios 2018.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acessado em 2019.

REVISTA BAHIA AGRÍCOLA. **A cultura do fumo na Bahia da excelência à decadência A cultura do fumo na Bahia da excelência à decadência** v.6, n.1, nov. 2003, ISSN 1414-2368. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/V6N1_socieconfumo.pdf>

FONSECA. Antonio Angelo Martins da. **A questão da desigualdade regional e local no estado da Bahia**: uma nota introdutória para a problematização do tema. Salvador: UNEB, 2011.

PORTO, E. *Desenvolvimento e território na Bahia*. Salvador: SEI, 2003.

TEIXEIRA, F; GUERRA, O. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análises & Dados*, Salvador: SEI, n. 1, v. 10, jul., p. 87-98, 2000.

FONSECA. Antonio Angelo Martins da. **A questão da desigualdade regional e local no estado da Bahia**: uma nota introdutória para a problematização do tema. Salvador: UNEB, 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Crise do cacau desemprega 250 mil na BA.** São Paulo, domingo, 27 de julho de 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/7/27/dinheiro/18.html>.